

**“DITADOR DA BONDADÉ” E “TAPEADOR”:  
PERSPECTIVAS POLÍTICAS DA CLASSE  
TRABALHADORA CARIOCA SOBRE O PREFEITO  
PEDRO ERNESTO (1931-1942)**

**THE “KINDNESS DICTATOR” AND THE “CROOK”:  
POLITICAL PERSPECTIVES OF THE RIO DE JANEIRO’S  
WORKING CLASS ABOUT MAYOR PEDRO ERNESTO  
(1931-1942)**

WESLEY RODRIGUES DE CARVALHO\*<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo aborda expressões da classe trabalhadora sobre o prefeito Pedro Ernesto na década de 1930, situando-as criticamente no contexto político da época. O estudo apresenta uma miríade de posições em face de uma política de amplos investimentos nas áreas da saúde, da educação, do carnaval, entre outros, considerando-os na complexidade de, ao mesmo tempo, em que beneficiaram material e simbolicamente a classe trabalhadora, serem também parte da subordinação desse grupo em certo arranjo político.

**Palavras-chave:** História do Rio de Janeiro; classe trabalhadora; Pedro Ernesto.

**Abstract:** This article analyses the Rio de Janeiro’s working class assessment about the mayor Pedro Ernesto in the 1930's, understanding them critically in the political context of the time. This research presents several political views about the policy of investments in health care, education and carnival etc, considering them in the complex political framework in which the working class is benefited materially and symbolically but also works to put this group in a subordinated position in a specific political arrangement.

**Keywords:** Rio de Janeiro history; working class; Pedro Ernesto.

---

\* Doutor em História pela UFF. Professor na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Macaé (FAFIMA). E-mail: [carvalho.wr@gmail.com](mailto:carvalho.wr@gmail.com)

<sup>1</sup> Artigo recebido em 21 de setembro de 2019 e aprovado para publicação em 10 de janeiro de 2020.

## Introdução

Pedro Ernesto fez parte do movimento tenentista na década de 1920, coligando-se àqueles que chegaram ao poder no ano de 1930. Em 1931, foi nomeado, por Getúlio Vargas, interventor da cidade de Rio de Janeiro. Pedro Ernesto fundou um partido que tinha como principal bandeira a independência em relação à presidência, o Partido Autonomista do Distrito Federal (PADF). Tendo realizado esse objetivo, Pedro Ernesto foi consagrado prefeito da cidade, em 1935, dessa vez por meio da eleição. Em 1936, entretanto, sua carreira política chega praticamente ao fim com sua prisão sob a acusação de participar do levante comunista de 1935. Em sua gestão, foi reconhecido por amplos investimentos na área da saúde, da educação e do carnaval.

Este artigo analisa expressões da classe trabalhadora sob o curto, mas intenso, período de atuação de Pedro Ernesto na política. Nesse sentido, adotamos como chave de leitura o aspecto contraditório de uma política que beneficia material e simbolicamente as camadas populares, ao mesmo passo que concorre para a subordinação política dessa população dentro de um arranjo específico. O artigo está dividido em duas partes: uma que se concentra nas manifestações favoráveis ao prefeito e outra que aborda as manifestações contrárias. Não se trata de meramente apresentar as manifestações políticas da classe, mas também de oferecer elementos no sentido de iluminar a compreensão não apenas da política dos grupos subalternos, como também o cenário brasileiro daqueles anos.

## O “ditador da bondade”

O Arquivo Pedro Ernesto Batista (PEB), do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), tem origem no acervo pessoal de Odilon Baptista, filho do ex-prefeito. Sendo o arquivo sobre Pedro Ernesto mais acessível aos estudiosos, acabou por influenciar as pesquisas no sentido de destacar a popularidade e as virtudes desse político. Em que pese a esse elemento, que terá seu contraponto neste artigo quando abordarmos outros arquivos, de fato, os registros são eloquentes para a demonstração de um engajamento e uma admiração bastante expressiva por parte da classe trabalhadora em torno de Pedro Ernesto. Uma dessas evidências é a repercussão internacional, em jornais da Argentina e dos Estados Unidos,

de seu cortejo fúnebre que aconteceu em 1942, 6 anos após o seu afastamento total da política. Na revista *Time*, Ernesto foi considerado o político mais amado do Brasil, em reportagem que enfatizava a presença de habitantes de favelas no serviço fúnebre, entre generais condecorados, que traziam para o velório “galinhas assadas e outras iguarias”. Relata ainda que outros, menos afortunados, só podiam levar bananas para retribuir ao ex-prefeito<sup>2</sup>.

Ainda que sejam comuns as bajulações e os louvores aos homens de governo, há que se notar um tom diferenciado nos materiais que analisaremos, algo não difícil de entender pelo real contraste entre os feitos políticos e administrativos de Ernesto com aqueles de seus predecessores. Contraste marcado não só por um alto volume de realizações, mas também por outro tipo de comportamento e imagem, que, sem dúvida, não era inédito e não deixava de ser marcante naquela década de 1930. Se tomarmos como exemplo o prefeito em período anterior, Prado Júnior (1926-1930), temos como fator marcante seus ideais combativos contra a favela, que lhe era um problema político, estético e médico. Contratou o urbanista francês Alfred Agache, em cujos discursos não escondia o asco e o ódio direcionado às favelas e cuja prática, muito embora tenha trazido uma “questão sociológica” para com os pobres, seria marcada pela agressividade<sup>3</sup>: a favela é uma “chaga” à qual se deve levar o “ferro cauterizador”. Pedro Ernesto, em oposição, é aquele que visitaria continuamente essas localidades, conhecendo os humildes moradores “pelo nome” e abrindo canais de contato diretos. A primeira escola primária localizada em uma favela se deu sob seu auspício, após “negociação” com moradores em evento que homenageava Noel Rosa, decorrido na Mangueira, em janeiro de 1936<sup>4</sup>.

Como exemplo do comportamento político de Ernesto também se pode enunciar o encontro com o Centro Político de Melhoramentos do Morro de São Carlos, como o jornal *O Globo* noticiou em 7 de agosto de 1934. Ali, os “populares” requisitaram ao prefeito obras de calçamento, construção de escolas e instalação de bicas. Não temos fontes que revelem com maiores detalhes esses encontros com associações de bairro. Mas, ainda que nos escape a grandeza de sua periodicidade, bem como pormenores do que era demandado ali e atendido posteriormente pelo prefeito, esses encontros eram a grande marca do governo de Ernesto.

Os diretórios do Partido Autonomista do Distrito Federal (PADF), partido do qual Pedro

---

<sup>2</sup> Matéria. *Time*, 24 de agosto de 1942. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, fotograma 651.

<sup>3</sup> Cf. FERNANDES, Nélson da Nóbrega. **Escolas de Samba**: sujeitos celebrantes e objetos celebrados (Rio de Janeiro, 1928-1949). Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001, p.75.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 98.

Ernesto era o principal nome, faziam parte da estrutura que canalizava demandas populares e estabeleciam os contatos com o prefeito: foram a esses diretórios que recorreram os pescadores da região da Lagoa, que aproveitaram a sede instalada no bairro para fazer chegar suas reclamações, redigidas em telegrama, à Prefeitura. Nessas queixas, pedem a interferência do poder municipal junto ao Ministro da Agricultura para que fosse mantido o regime, então vigente, do Entreposto Federal de Pesca, que “visa autênticos interesses” e reivindicações da “ádua profissão de pescador”<sup>5</sup>.

É sintomático, portanto, que o prefeito tenha revogado o plano de urbanização de Agache, evitando assim centenas de expropriações de casas da população pobre<sup>6</sup>. Antes mesmo dessa decisão, em documento endereçado a Getúlio Vargas, em fins de 1933, Pedro Ernesto já apontava as dificuldades de sua execução, prevendo modificações, “pois se tal não se desse seria necessária a desapropriação inteira do Distrito Federal, a fim de que a cidade ficasse colocada dentro do plano”<sup>7</sup>. Entretanto, mantinha ainda ali a previsão de que moradores seriam afetados, motivo pelo qual orientava a recém-criada Diretoria Geral de Engenharia a cuidados conciliatórios<sup>8</sup>.

A política de Pedro Ernesto em relação ao carnaval é também ilustrativa do seu *modus operandi* e do apelo popular de suas ações políticas. Acreditando no potencial turístico da festa<sup>9</sup> e investindo em propaganda que a divulgasse, o prefeito procurou valorizá-la a partir da isenção de impostos, da liberação de verbas e de uma maior participação da Prefeitura em sua organização. Em 1932, já estava sendo homenageado pelos Tenentes do Diabo, que diziam no samba-enredo: “Glória a Pedro Ernesto!/ Haveis de propagar no mundo a fama/ Da nossa pátria as glórias refulgentes/ Na profunda unidade de quem ama/ Fenianos, Democráticos, Tenentes”<sup>10</sup>.

<sup>5</sup> O Globo, 7 de dezembro de 1934.

<sup>6</sup> BRANDI, Paulo. Ernesto, Pedro. In: ABREU, Alzira (Org.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001, p. 2009.

<sup>7</sup> Relatório apresentado ao Exmo. chefe do governo provisório Sr. Dr. Getúlio Vargas, em 15 de novembro de 1933, pelo Interventor no Distrito Federal Dr. Pedro Ernesto. Arquivo Napoleão de Alencastro Guimarães, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

<sup>8</sup> *Idem*. No decreto 4973, de maio de 1934, a Prefeitura expressara o intento de construir habitações para os favelados. Tudo indica que o projeto (que não deixava de incluir remoções) não chegou a se efetivar. Boletim da Prefeitura do Distrito Federal, v.2, 1934.

<sup>9</sup> Para tanto, outro alvo, além do carnaval, seria o jogo. Cf. Relatório apresentado [...]. *Op. cit.*, p. 7-9; p. 22-25.

<sup>10</sup> Samba-enredo *apud*. FERNANDES, Néson da Nóbrega. **Escolas de Samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados** (Rio de Janeiro, 1928-1949). Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001, p.21.

Em janeiro de 1933, foi criada a União Geral das Escolas de Samba do Brasil, dirigida pela própria Prefeitura, que passou a oficializar os desfiles. Naquele mesmo ano, Pedro Ernesto presidiu o julgamento de marchas e de sambas realizados no teatro João Caetano<sup>11</sup>. O prefeito teve o apoio político direto de sambistas importantes da cidade: Flávio das Neves, Paulo da Portela e Saturnino Gonçalves foram colaboradores nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1933 e para o pleito municipal de 1934<sup>12</sup>, período em que o prefeito se tornou uma figura cada vez mais carismática e popular. No carnaval de 1935, a Portela teve um samba-enredo em homenagem a Ernesto, que fora escrito por Paulo da Portela. O célebre sambista, em uma entrevista anos mais tarde, reafirmava sua admiração, dizendo ter sido o único político a ter feito de fato algo pelo carnaval e pelos pobres<sup>13</sup>. Entre documentos apreendidos pela polícia política varguista, encontra-se um cartaz com uma foto de Ernesto sorridente, debaixo do letrero “Um grande vulto” – homenagem do clube carnavalesco Mixto Vassourinhas<sup>14</sup>. Em 1955, seria a vez do Salgueiro lhe dedicar um samba-enredo, que tem como tema a dedicação que o prefeito tivera aos sambistas. Em 2009, a Unidos de Vila Cosmos saiu com enredo “Tem prefeito no samba, é o Doutor Pedro Ernesto nos braços do povo”.

Nélson Fernandes discute o significado da aproximação da municipalidade com as escolas de samba<sup>15</sup>. Em meio às abordagens teóricas que enfatizam a questão da dominação e do controle estatais, esse autor procura se posicionar de forma a desvalorizar tais sentidos. Como resume:

Se para ele [Pedro Ernesto] isto significava evidentemente um maior controle político sobre as escolas de samba, é inquestionável que para os sambistas tal processo avançava na consolidação das garantias políticas do exercício de seu direito de expressão, algo que nunca pode ser encarado como pouca coisa em termos jurídicos e políticos, sobretudo, para aqueles que fizeram a sua conquista<sup>16</sup>.

Essa compreensão do autor se escora na carta de Flavio Costa, presidente da União das Escolas de Samba (UES), datada de 30 de janeiro de 1935:

<sup>11</sup> Correio da Manhã, 2 de março de 1932.

<sup>12</sup> LUSTOSA, Isabel. **As trapaças da sorte**: pequeno relato das circunstâncias que resultaram na prisão do prefeito Pedro Ernesto à luz das experiências de Maquiavel e Tocqueville. Rio de Janeiro: FCRB, 1994. p.21.

<sup>13</sup> Entrevista *apud* SARMENTO, Carlos Eduardo. **O Rio de Janeiro de Pedro Ernesto**. FGV: Rio de Janeiro, 2001, p. 243.

<sup>14</sup> Fundo Polícias Políticas (1905-1983). Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>15</sup> FERNANDES, Nélson da Nóbrega. *Op. cit.*, p.87-90.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 88

Feitas estas considerações, embora os nossos conjuntos, quer em tamanho, quer em preço, se rivalizem com os ranchos, colocamos sob vosso arbítrio a subvenção de ajuda que, como conhecedor do meio, tomo a liberdade, mais para orientá-lo, deve estar liberada o mais breve possível. Incentivando os trabalhadores que esta diretoria representa, V. Excia nada mais faz que continuar o programa de amparo social, cuja repercussão nós, que vivemos nas classes menos favorecidas, auscultando-lhe as opiniões dos que mais precisam, garantimos a V. Excia que lhe é de inteiro apoio<sup>17</sup>.

Sobre esse ponto, outro estudioso, Carlos Sarmiento, entende a UES como a criação de um canal não unidirecional, no qual Pedro Ernesto tentava constituir “uma identificação entre governante e governado a partir da comunhão em torno de valores comuns”, o que faz parte do itinerário do prefeito de construção de uma “perspectiva relacional”, de um diálogo integrador<sup>18</sup>.

A possibilidade de juízos sobre a questão do carnaval tem especificidades históricas e teóricas que escapam aos limites deste artigo. Entretanto, faz parte de nossa reflexão a relação do Estado (a prefeitura) com a classe trabalhadora. A posição sustentada aqui, crítica à dos autores supracitados, será exposta no desenrolar do texto. Deixemo-nos guiar, por agora, pelo tom geral com que o prefeito é celebrado, marca incontornável imposta pelas fontes mais acessíveis.

No dia 25 de setembro de 1933, aniversário de Pedro Ernesto, foram-lhe prestados vários tributos, alguns deles reunidos em um pequeno livro por um grupo de amigos que “dada as proporções assumidas pelas homenagens que lhe prestaram no dia 25 de setembro de 1933 pela passagem de seu aniversário, resolveu reunir discursos pronunciados em diversas solenidades”, a fim de “deixar uma recordação menos efêmera do que o registro da imprensa diária e das notícias publicadas pelo Jornal do Brasil.”. Entre elas, esteve a inauguração de um busto onde estavam inscritos os decretos que beneficiaram o funcionalismo municipal. O Dr. Rafael Pinheiro, de quem não temos maiores informações, celebra o busto como sendo não obra de chefes de repartição, mas de operários humildes. Insistindo no apreço popular que tinha o homenageado e no seu caráter não político, mas caridoso, o discursante lembra um dia em que um favelado negro foi até o prédio da Prefeitura confiante de ter sua mulher doente atendida pessoalmente pelo “médico bondoso”, o que foi realizado<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup>COSTA, Flávio. Carta enviada a Pedro Ernesto, 30 janeiro 1935 *apud* FERNANDES, Nélson da Nóbrega. *Op. cit.*, p. 87-88.

<sup>18</sup>SARMENTO, Carlos Eduardo. *Op. cit.*, p. 241-242.

<sup>19</sup>Pedro Ernesto. 25 de setembro de 1933. Arquivo Pedro Ernesto Batista, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

Nesta mesma solenidade de aniversário, discursou uma professora que lembrou a criação da Assistência Hospitalar e a lei de fevereiro de 1932, que protegeu o funcionalismo público. Antes, todas as suas colegas professoras deveriam trabalhar ainda que doentes, mas a situação mudara:

Em casa continuarão com seu auxílio monetário e ela, no seu repouso, tendo os medicamentos e os cuidados médicos precisos -ambos gratuitos – poderá, mais tarde, voltar restabelecida, ao convívio dos seus e continuar no encantamento das vidas que desabrocham a seu cuidado<sup>20</sup>.

A professora lembra também da saúde levada às escolas, o que beneficiou as crianças. Em 19 de junho de 1935, foi divulgado o documento “Manifesto das classes trabalhadoras ao povo carioca”, assinado por mais de 20 sindicatos. Era uma resposta à campanha de alguns jornais, entre eles O Globo e o Diário da Noite, contra a Prefeitura. O ponto sensível aqui seria justamente a “obra social”, que tinha como inimigos essas publicações, além de vários setores da sociedade. O documento fala do “ódio dos exploradores de todos os matizes contra o programa de realizações humanitárias. Circulares combatem a todo transe a emancipação dos trabalhadores”:

Para, de uma vez por todas ficar definida a posição do proletariado desta capital em face dos descabidos, injuriosos e infames ataques, os trabalhadores organizados, signatários deste manifesto, vem a público declarar que repudiam energeticamente a ação de tais jornais que, a soldo da plutocracia opressora, visam impedir o seguimento natural das iniciativas libertadoras do prefeito do Distrito Federal e, para tornar mais nítido este protesto, o proletariado sindicalizado da cidade vem por meio deste concitar o povo carioca, cuja maioria é composta de trabalhadores escorchados, a toda hora, pela opressão dos intermediários e agentes do capital financeiro internacional, ao Boicote sistemático e organizado de tais jornais [O Globo e o Diário da Noite], porta-vozes cínicos dos exploradores dos pobres [... que] não devem merecer a leitura e muito menos o apoio do proletariado consciente.

Por isso, as organizações sindicais abaixo nomeados prescrevem a todos os seus filiados, conclamam todos os trabalhadores em geral a terem o mesmo gesto de repulsa<sup>21</sup>.

O próprio Pedro Ernesto localiza retoricamente a oposição que lhe é feita como o encurralamento das suas ações populares, de forma que os discursos caracterizam, de um lado, as forças reacionárias e elitistas, típicas do momento pré-1930 (que o prefeito nunca nomeia); e, de outro, sua obra social, aquela que teria nascido com a Revolução:

---

<sup>20</sup> *Idem*.

<sup>21</sup> Manifesto das classes trabalhadoras ao povo carioca. Arquivo Pedro Ernesto Batista, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, fotograma 553-554.

Nunca foi tão grave o momento brasileiro porque nunca estiveram, como estão hoje, em perigo as reivindicações populares mais singelas, aquelas todas que tivemos no próprio Império e que foram mantidas pela República. É o próprio direito de fazer um governo popular, democrático e humano que está em risco de cair no Brasil<sup>22</sup>.

Essa oposição, que é a interpretação política do prefeito Pedro Ernesto, será, como veremos, comprada sem grandes problematizações por alguns historiadores. Mas, de fato, a década de 1930 assistiu ao ascenso da direita e da repressão. A população carioca, organizada ou não, acompanhou, em grande medida, as ações movidas contra Pedro Ernesto, suas prisões e julgamentos.

Citemos aqui o episódio de 3 de julho de 1937, quando o Padre Olímpio de Melo deixou a interventoria do Distrito Federal e a passou para Henrique Dodsworth, também nomeado por Vargas, que, por sua vez, revogava a autonomia da cidade conquistada em 1934. O padre, antes um aliado, fazia parte da onda de denúncias contra o prefeito Ernesto e o mantinha na prisão. Durante a solenidade, houve uma invasão à Prefeitura em protesto ao clérigo, enquanto o novo interventor assumia em meio a “vivas” a Pedro Ernesto. Dodsworth, membro do Partido Economista e um dos principais adversários do então derrotado Pedro Ernesto durante toda a sua gestão, interrompeu o discurso do Padre para elogiar o preso, em uma tentativa de fazer cessarem as vaias. Nesse mesmo dia, funcionários municipais foram até o Hospital da Penitência, onde Ernesto estava encarcerado, para prestar homenagem ao preso<sup>23</sup>. Durante aquela semana, Henrique Dodsworth fez uma visita à esposa de Pedro Ernesto, atestando a força política e a popularidade do ex-prefeito que se encontrava fora da política desde o ano anterior<sup>24</sup>. A pressão sobre Dodsworth foi tão grande que este declarou que entregaria o cargo de prefeito oferecido por Vargas caso Pedro Ernesto fosse inocentado das acusações<sup>25</sup>.

No dia 22 de julho, uma multidão, calculada em 15 mil pessoas, encaminhou-se até o Ministério da Justiça para demandar a liberdade de Pedro Ernesto. Segundo o Diário da Noite, “gente do morro está aí, gente dos subúrbios, da zona rural, de Copacabana, de todos os cantos da cidade”. Para o Diário de Notícias, “a massa popular se compunha de numerosas delegações

<sup>22</sup> Arquivo Pedro Ernesto Batista, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, fotograma 879-80.

<sup>23</sup> Diário da Noite, 3 de julho de 1937 *apud* MOURELLE, Thiago. **O Trabalhismo de Pedro Ernesto: Limites e possibilidades no Rio de Janeiro na década de 1930**. Florianópolis: Juruá Editora, 2010.

<sup>24</sup> Diário da Noite, 7 de julho de 1937 *apud* MOURELLE, Thiago. *Op. cit.*, p. 116.

<sup>25</sup> MOURELLE, Thiago. *Op. cit.*, p.130

de associações de classe e grande número de crianças de escolas públicas”<sup>26</sup>. O historiador Thiago Mourelle observa que, nos dias seguintes, vários jornais também se somaram ao povo pela intervenção à liberdade de Pedro Ernesto. Sua soltura se deu em 14 de setembro de 1937, sob a comemoração nas ruas de 200 mil pessoas, segundo os jornais, que fizeram com que o carro onde estava Ernesto levasse 5 horas para cumprir o trajeto do Hospital da Penitência até o centro da cidade<sup>27</sup>.

Em discurso perante o povo que lhe estava recebendo, Pedro Ernesto abandonou o tom prudente e nunca confrontador que dedicava a Vargas e se opôs ao governo. Declarou adesão ao Partido Libertador Carioca e apoio à candidatura de Armando Sales de Oliveira. Em 12 de outubro, foi preso novamente, no mesmo dia em que informava ao executor do estado de guerra, em São Paulo, sua intenção em exilar-se na Argentina<sup>28</sup>.

Grupos politizados da classe trabalhadora iam além do entendimento do prefeito como um benemérito e o atribuíam uma força antiburguesa e anti-imperialista. As forças do mal que se opunham a Ernesto não seriam apenas os típicos politiquês. Em documento não assinado dirigido ao “povo da Leopoldina”, apreendido pela polícia política, acusa-se a Leopoldina Railway de ser uma das principais incitadoras do “estado de sítio” no país. Nesse período, a empresa aumentou o preço das passagens e dos fretes (estes em 100%), encarecendo o custo de vida:

[...] este aumento que ela não pode fazer durante anos porque o povo unido nunca o permitiu, o fez em menos de dez dias de aviso; graças ao apoio do governo de Getúlio que não vacilou em entulhar de Polícia Especial e tiros as suas estações, com os quais a Leopoldina gastou seis contos diários.

O obstáculo removido pelo estado de exceção getulista teria sido Pedro Ernesto:

Quem vinha defendendo os interesses do povo Leopoldinense e da população do Distrito Federal? O grande prefeito e benemérito homem público, como jamais teve o povo carioca, o Dr. Pedro Ernesto. Foi ele quem nos deu escola para os nossos filhos e hospitais para a pobreza do Distrito Federal. Foi ele quem vinha cuidando do calçamento e das ruas suburbanas, realizando verdadeiras melhorias. Por ele, a Leopoldina jamais ousaria fazer o assalto à bolsa do povo como estamos vendo. Dahi

<sup>26</sup> Diário da Noite, 22 de julho de 1937; Diário de Notícias, 23 de julho de 1937 *apud* MOURELLE, Thiago. *Op. cit.*, p.118.

<sup>27</sup> FERNANDES, Néson da Nóbrega. *Op. cit.*, p. 102.

<sup>28</sup> BRANDI, Paulo. *Op. cit.*, p. 2009.

o grande ódio contra ele, por ser amigo e querido do povo, a quem fez tantas benfeitorias<sup>29</sup>.

O conflito que haveria entre o prefeito e as empresas aparece também em documento endereçado “Ao povo carioca e em particular aos choffeurs”:

Prendem Pedro Ernesto, o prefeito que construiu hospitais, escolas, para logo após sua prisão, o padre conceder o extorsivo aumento pleiteado pelas gananciosas empresas de gasolina, o qual Pedro Ernesto sempre impediu<sup>30</sup>.

O citado “caso da gasolina” se deu em julho de 1935, quando um grupo de companhias estrangeiras pressionou os governos municipal e federal pelo aumento dos preços, ao que Pedro Ernesto, diferentemente de outros políticos, posicionou-se firme e rapidamente contra. O aumento de 9% propostos pela Standard Oil, Caloric, Anglo Mexican, Atlantic e Texaco era problemático em um momento em que o consumo de gasolina crescera 1000% (de 1932 a 1935). Para Mourelle (em visão também compartilhada por Conniff),

Como alguns dias antes, ele proibira a ANL de fazer sua assembleia em propriedades municipais – a melhor decisão no momento, mas que poderia afetar seu prestígio junto aos trabalhadores de esquerda –, era necessária uma ação que proporcionasse a Pedro Ernesto posar de nacionalista, defensor dos sindicatos e prefeito ativista<sup>31</sup>.

Foi, então, que empresas ofereceram como suborno um cheque em branco, rejeitado pelo prefeito Ernesto. “O desfecho da situação da gasolina foi emblemático: Pedro Ernesto definiu-se pela importação da gasolina russa, revelando isso durante um discurso no sindicato dos motoristas, organização liderada por comunistas”<sup>32</sup>. Isto é, rejeitou corporações inglesas e americanas já arraigadas no país por um produto “comunista”.

Não é ainda possível avaliar com propriedade a relação da Prefeitura com grupos burgueses, tema inclusive ignorado pela historiografia. Entretanto, prossigamos apresentando a leitura de alguns setores da classe trabalhadora. Empregados da Light esboçaram uma “Comissão pró-liberdade de Pedro Ernesto e presos políticos”. Ao conclamar o povo carioca a estar “de pé pela liberdade de Pedro Ernesto, o prefeito querido do povo, Luís Carlos Prestes e todos os presos políticos”, denunciavam o estado de guerra de Getúlio e sua associação com os

---

<sup>29</sup> Fundo Polícias Políticas (1905-1983), Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>30</sup> *Idem*.

<sup>31</sup> MOURELLE, Thiago. *Op. cit.*, p. 217.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 219.

interesses imperialistas da própria Light e da Leopoldina Railway, bem como o aniquilamento dos sindicatos, contrastando o presidente com o prefeito.

Assinado por “um grupo de mulheres” de presos políticos (algumas delas presas e torturadas), outro panfleto, depois de denunciar condições sub-humanas das prisões, também toma o prefeito como alguém que enfrentava os poderosos para benefício popular:

Nós afastadas por forças de circunstâncias excepcionais, daqueles que proviam a nossa alimentação diária, exploradas do modo mais miserável e brutal nos locais onde trabalhamos, muitas sem trabalho, com filhos a sustentar e com o encarecimento cada vez maior escorchante e trágico dos gêneros de primeira necessidade que o governo não faz parar (porque favorece e enriquece os grandes negociantes e atacadistas) e, inversamente, prende e exila todos aqueles que tentam governar pelo e para o povo, como Pedro Ernesto, cujo programa não era só no papel, “para inglês ver”, mas na prática, criando escolas, hospitais, regulando os lucros dos gananciosos, insaciáveis e vorazes polvos que se locupletam á custa do sangue e da miséria da população brasileira, lançamos um apelo caloroso, veemente, a todas às mulheres!

Companheiras de infortúnio, de opressão e de misérias: mães, esposas, filhas e irmãs: mulheres: Organizemo-nos nos bairros, nas fábricas, nos clubes, nas repartições nos sindicatos, nos campos, nos navios, nas escolas, em casa, em todos os lugares que estejamos e lutemos ombro a ombro pela baixa imediata dos gêneros de primeira necessidade; pela liberdade de Pedro Ernesto, o amigo do povo; pela liberdade de Luiz Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança; pela liberdade de todos os presos políticos, civis e militares<sup>33</sup>.

Sobre o encarecimento dos gêneros de primeira necessidade, contra o qual Pedro Ernesto teria sido um combatente, o Boletim da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ)<sup>34</sup> nos traz outras luzes, para as quais abrimos relevantes parênteses. A Prefeitura vinha investindo em um tabelamento que controlasse o encarecimento daqueles produtos e a ACRJ foi um ator engajado em rever o referido tabelamento. A imprensa denunciava o não cumprimento da tabela por parte dos comerciantes, bem como criticava a Comissão Mista, criada pela Prefeitura para estudar o problema: depois de se decidirem pelo aumento dos preços, foram acusados de gananciosos. A pressão dos jornais era forte a ponto de fazer com que as reuniões da Comissão se tornassem públicas. A Comissão, então, procurou apresentar seus argumentos, principalmente sendo contra a “exploração” dos comerciantes, em especial os varejistas. A ACRJ, sempre muito dedicada aos interesses de sua classe, tinha representação na Comissão e se via contemplada pelo prefeito que era sempre referido (não só nesse tema) como

---

<sup>33</sup> Fundo Polícias Políticas (1905-1983), Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>34</sup> Boletim da Associação Comercial do Rio de Janeiro, n. 20, 21 de fevereiro de 1936; e n. 21, 6 de março de 1936.

atencioso às suas pautas, além de outros elogios.<sup>35</sup> Não que seja propriamente ilusório o entendimento expresso no documento do “grupo de mulheres” e em outros tantos, mas o exposto nessa nota é suficiente, ao menos, para relativizar a imagem de Pedro Ernesto como defensor absoluto da população contra os lucros dos ricos, como por tantas vezes aparece. Sobre essa questão dos preços, é interessante observar o jogo de forças (sociais) que influíam sobre os rumos da Prefeitura. O agrupamento burguês denuncia que

Na semana seguinte, porém, reuniu-se a Comissão ilegalmente, com a ausência dos representantes da Associação Comercial e, a pedido do representante dos trabalhadores – o mesmo que havia votado as altas da sexta-feira anterior – resolve propor baixas apenas para agradar à massa popular, sobre a qual tem outras tendências e objetivos. Ora, não é dentro da Comissão Mista que cada um deve fazer pregações eleitorais; sua função não pode servir de veículos a pretensões e desejos pessoais<sup>36</sup>.

A Comissão era composta por 3 representantes da Associação do Comércio, 1 da Federação dos Sindicatos dos Empregadores, 1 de um órgão de Saúde Pública não especificado, 1 da Associação Brasileira de Imprensa, 1 da União dos Sindicatos de Empregados do Distrito Federal e dois funcionários municipais. A ACRJ acusa sua flagrante minoria e que a decisão foi tomada por leigos. Pedro Ernesto, como é clássico de perfis populistas, equilibrava-se entre forças burguesas e operárias.

Voltando às expressões populares de apoio político ao prefeito, temos um engajamento direto pela soltura que está também em documentos que conclamarão greves e manifestações. Sem assinaturas pessoais, “um grupo de autonomistas do segundo distrito”, elenca questões relativas a concessionárias de serviços públicos como um dos principais motivos para a queda: “Pedro Ernesto foi preso porque não quis compactuar com os crimes, os abusos, as violências e as infâmias dessa camarilha de negociastas e traidores, que está acabando de vender o Brasil aos estrangeiros [...]”<sup>37</sup>.

A proposta de greve pela liberdade de Pedro Ernesto e outros presos políticos (Pedro da Cunha, Luís Carlos Prestes e Eduardo Ribeiro) está também em documento assinado por “Um grupo de operárias e operários têxteis autonomistas, aliancistas, socialistas e sem partido”. Estes confrontavam o seu apoio político ao prefeito (lembrando, como era recorrente, as escolas e os

---

<sup>35</sup> *Idem.*

<sup>36</sup> *Idem.*

<sup>37</sup> Exijamos a liberdade de Pedro Ernesto: O Nosso prefeito Pedro Ernesto foi preso pela polícia de Getúlio, Rao e Muller. Sem data. Fundo Polícias Políticas (1905-1983), Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

hospitais) com o quadro geral de suspensão de liberdades imposto por Vargas e o não aumento de seus salários. O grupo também pretendia uma ida ao parlamento, “ameaçado por Getúlio”, de forma a lhe fazer pressão. Mais contundentes foram os “trabalhadores do volante e anexos” que pensavam em fazer uma greve e em ir à Câmara, no dia 3 de maio, para arrancar da prisão do “traidor” Getúlio, Pedro Ernesto, Prestes e outros.

Nos reclames populares contra a ampla repressão federal, que levou multidões de trabalhadores brasileiros à prisão e à tortura, os principais nomes que encabeçavam as listas de vítimas eram os de Luís Carlos Prestes e Pedro Ernesto. Diante da insegurança, enquanto alguns panfletos sinalizavam para manifestações de possibilidades remotas, alguns simplesmente restringiam-se a denunciar e informar, como fez o Socorro Vermelho (seção da Prefeitura do Distrito Federal)<sup>38</sup>, preocupado também com funcionários da Prefeitura demitidos, perseguidos e presos.

Existe, portanto, três elementos constantes nos documentos: a tirania e a traição de Getúlio Vargas; a prisão de Pedro Ernesto e Luís Carlos Prestes e o encarecimento da vida. Apesar de Pedro Ernesto, em vários de seus discursos, investir contra uma “ideologia da outorga”, que seria largamente articulada por Vargas, as expressões de agradecimento entendiam as realizações sociais como dádivas. As várias expressões da classe trabalhadora e das suas organizações aludem a certo impacto material que a Prefeitura causou sobre os mais pobres. Certamente o operário não foi catapultado da miséria à felicidade, como diz uma música sobre o prefeito, mas temos um marco bastante sensível em políticas sociais no país.

Vindo dos anos 20, em que uma postura reformista dos políticos ia tomando cada vez mais força, Pedro Ernesto marca um contraste notável no atendimento de demandas populares, fundamentalmente nas áreas da educação, da saúde e dos direitos trabalhistas de funcionários da Prefeitura, além do relativamente novo comportamento que empreendeu com os setores populares. O volume dos investimentos na assistência hospitalar – obra até menor do que aquela

---

<sup>38</sup> Companheiros da Prefeitura. Sem data. Fundo Polícias Políticas (1905-1983), Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Documento assinado pelo Bureau do Socorro Vermelho do Brasil (Seção da Prefeitura do Distrito Federal). A mesma instituição, em período não informado, em documento que registra o nome de vários presos e mortos por Getúlio Vargas, coloca Pedro Ernesto, a exemplo de outros grupos de esquerda, como pertencente ao grupo reacionário: “Aqui no Brasil, João Alberto, José Américo, Getúlio Vargas, Waldomiro Lima, Pedro Ernesto, Miguel Costa e toda essa corja de bandidos dizem defender os interesses dos trabalhadores mas na verdade o que fazem é criar ‘polícias especiais’ para massacrar os trabalhadores que lutam pelos seus direitos e deportam para as nojentas ilhas de Fernando Noronha, Porcos e Colônia de Dois Rios centenas de trabalhadores, inclusive mulheres com seus filhos de tenra idade”.

dedicada à educação – foi expressivo e inédito: a Prefeitura criou 13 estabelecimentos hospitalares em um intervalo de 5 anos, sendo que, antes disso, possuía apenas dois tímidos postos de emergência.

Entretanto, não são essas características que, tomadas isoladamente, devem conformar a nossa leitura política sobre esse governo.

### “Tapeador”

Movimentos combativos organizados também deixaram ao historiador registros da oposição a Pedro Ernesto, ainda que em pouco volume, pois o alvo prioritário das reflexões e das práticas políticas produzidas por esses movimentos era o governo federal e o poder patronal. Se as referências diretas ao prefeito são poucas, havia uma consciência atenta à questão do colaboracionismo de classe e seus limites para a superação da opressão vivida. Caso encontrado no jornal *A Classe Operária*, do Partido Comunista, periódico que refuta os tenentes, incluindo Pedro Ernesto, enquanto “demagogos socialisteiros”<sup>39</sup>, em busca de conciliação. Ou do número “Boletim da União Operária”, em sua crítica aos amarelos com a crença de que “os exploradores são humanitários”<sup>40</sup>.

Também, Pedro Ernesto não foi poupado de crítica por ser aliado de um governo que perpetrou repressão sobre as mobilizações de subalternos, tanto pela simples brutalidade física quanto pela montagem de um aparato corporativista. Daí, a caracterização de Ernesto como “tapeador”, um falso amigo do proletariado, um falso socialista.

Em 27 de junho de 1932, o periódico 5 de julho, de origem tenentista e de “mobilidade e contato com o elemento popular”, já denunciava a traição das causas revolucionárias pelos homens que chegaram ao poder em 1930, observando a construção de uma ditadura semelhante à de Washington Luiz. Ainda que não apresentado como um manipulador, conforme aparecerá mais frequentemente pelos seus críticos, Pedro Ernesto já vinha sendo lido como distante dos ideais que motivavam sua mobilização desde a década de 1920. Quem tocava a “flauta para adormecer os meninos do Clube 3 de outubro” era Getúlio, o qual

---

<sup>39</sup> *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, novembro de 1932.

<sup>40</sup> Sem data. Fundo Polícias Políticas (1905-1983), Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

[...] tomou o pulso de todos os homens a quem as esquerdas revolucionárias delegaram postos de comando. Os Juarez Tavóra, os Parreiras, os Pedro Ernestos, os Miguel Costas, os Rabellos, todos os cabos da nobre corte de idealistas que tomou a revolução a sério, foram examinados, psicologicamente dissecados, analisados sob todas as faces e todos os reflexos pelo mestre-capela do Catete, que agora se acha em condição de reger a música que lhe toca aos nervos e os desarma.

Essa superioridade psicológica e mental, essa formidável ascendência tática é que está favorecendo a marcha encoberta dos políticos e lhes garantirá fatalmente a vitória se as reservas revolucionárias não surgirem em cena ao socorro de seus estonteados ‘leaders’<sup>41</sup>.

O *Jornal do Povo* é o periódico político da classe trabalhadora no qual mais se encontram menções diretas ao prefeito Pedro Ernesto e seu partido. Fundado em 1934, esse jornal era de tendências revolucionárias e críticas da vigente democracia, que não serviria à causa proletária. Por isso, tecia crítica aos amarelos<sup>42</sup> e aos muitos políticos “que se fingem socialistas”, aproximando-se do proletariado, mas sem cumprir seu real projeto<sup>43</sup>. Um texto do seu primeiro número – “A demagogia de Pedro Ernesto e os bairros pobres – “cavando” votos à custa de promessas que não são e nem serão cumpridas”, resume questões citadas acima:

Com o intuito exclusivo de ‘cavar’ votos e empoleirar-se por mais algum tempo no governo da cidade, o sr. Pedro Ernesto vem fazendo através das colunas de jornais a seu serviço a mais desenfreada demagogia. O sr. Pedro Ernesto procura fazer crer que é um amigo sincero dos trabalhadores e que tudo faz pela população necessitada. Seria interessante perguntar ao sr. Pedro Ernesto como é possível a um amigo dos trabalhadores fazer parte de um governo como o do Sr. Getúlio Vargas, que prende, espanca, deporta e fuzila esses mesmos trabalhadores. Protestou o sr. Pedro Ernesto contra os massacres de 22 de agosto e 23 de setembro? Protestou o sr. Pedro Ernesto contra as violências praticadas pelas polícias do comandante Ary Parreiras e do capitão Filinto Muller contra os operários em greve e seus sindicatos? Protestou o sr. Pedro Ernesto contra o brutal atentado ao Sindicato dos Padeiros, contra as perseguições do coronel Mendonça Lima ao Sindicato Unitivo da Central do Brasil, contra a dissolução do comício dos estudantes da Politécnica a cano de borracha e bombas de gazes lacrimogênicos pela Polícia Especial? Onde estava nesses momentos o Sr. Pedro Ernesto? Ao lado dos que [ilegível] com sua mentalidade de homem bem comido, bem vestido e bem dormido, chama com enfática e suficiente superioridade, de ‘humildes’ e ‘pobres diabo’? Não. Estava ao lado de Getúlio, de Ary Parreiras, de Vicente Ráo, de Filinto Muller. Estava e está, porque é vinho da mesma pipa, porque faz parte do grupo que explora o poder em benefício de seus próprios interesses. O Sr. Pedro Ernesto nada fez na Prefeitura, pela população necessitada, a não ser tapea-las com discursos e promessas que nunca serão cumpridas. Perguntamos para prova: o povo carioca continua ou não a ser torpemente explorado pela Light? Continua ou não a ser explorado pelos açambarcadores de generos de primeira necessidade, os Matarazzo, os Barbosa Albuquerque, os Teixeira Borges, etc.?

<sup>41</sup> 5 de julho. 27 de junho de 1932. Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro.

<sup>42</sup> Nesse texto, Lafayette explica ter abandonado a organização por esta estar dominada por amarelos. Cf. LAFAYETTE, Pedro. Partido Socialista Brasileiro. *Jornal do Povo*. Rio de Janeiro, n. 4, 11 de outubro de 1934.

<sup>43</sup> Cf. Aos trabalhadores de Campos. *Idem*.

Continua ou não a morar nos bairros sem higiene, sem o menor conforto, sem o mais rudimentar melhoramento, continua ou não a morar nas favelas e nas pardieiras dos subúrbios? Em que se modificou sua vida?

O sr. Pedro Ernesto é o homem das tapeações. Vae aos morros, aos bairros pobres, em propaganda eleitoral, promete mil coisas aos moradores e não passa disso. Temos um exemplo dessa mistificação que se deu no bairro do Catumbi, também visitado pelo elegante prefeito. O sr. Pedro Ernesto foi lá, viu a imundície que há por lá e prometeu, entre outras coisas, mandar reparar o calçamento, e consertar os bueiros das ruas, para que evitar nos dias de chuva, como acontece, essas se transformem em verdadeiros oceanos, impossibilitando inclusive o tráfego de qualquer veículo. Pois bem. O leitor cumpriu essas promessas? Assim também o Sr. Pedro Ernesto...

Não é preciso mais nada: tome alguém um bonde, corra nossos subúrbios, e verá o que é miséria, falta de higiene, abandono.

Ninguém pois se iluda com a demagogia do Sr. Pedro Ernesto. Ele é tão bom quanto os economistas democráticos, os Dodsworth, Sampaio Correa e Bergamini, e como estes o que quer é simplesmente ‘cavar’ votos<sup>44</sup>.

Essa acusação de não realizador é bastante excepcional em relação ao conjunto das fontes e, se tomarmos principalmente a construção da infraestrutura para a educação e saúde, simplesmente falsa. Quanto ao seu caráter eleitoral, é menos evidente pela “pose” e a demagogia de Ernesto o que, pela própria forma de estruturação do seu partido, foi incrustado na organização e na relação com o eleitorado, tendo se alimentando materialmente do “capital político” estatal<sup>45</sup>.

Em relação às denúncias de participação em um governo repressor – e não devemos esquecer que Pedro Ernesto subiu ao poder como interventor nomeado por Vargas, em 1931 –, essas obviamente só poderiam ser colocadas antes da querela que levou Ernesto à prisão. A imagem de repressor se repetirá em outros momentos, mas deve-se notar que o prefeito é sempre abordado como uma figura lateral, nunca um agente principal, sendo mais um cúmplice por passividade. É notável também que as acusações sobre violência policial, que aparecem no *Jornal do Povo*, recaiam sobre a Polícia Especial, mas nunca sobre a Guarda Municipal, corporação com mais de 1500 homens, cujo decreto de criação data de maio de 1934 – uma ausência que sentimos no texto que justamente trata da instrumentalização da violência policial para ganho político do PADF:

A polícia prepara a vitória eleitoral do Partido dos Ricos... Os candidatos deles [...] os que mandam assaltar as sedes dos sindicatos. Os que mandam matar operários. Os

<sup>44</sup> *Jornal do Povo*. Rio de Janeiro, n. 1, 7 de outubro de 1934.

<sup>45</sup> CONNIFF, Michael. **Política urbana no Brasil: a ascensão do populismo (1925-1945)**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

que mandam comprar gás lacrimogêneo com dinheiro dos trabalhadores. É a vitória eleitoral desses partidos que a polícia pretende preparar com assaltos dessa espécie<sup>46</sup>.

O texto abaixo é bastante representativo do lugar do qual se fazia a crítica ao prefeito:

Procuram impedir que a classe trabalhadora compareçam às eleições e votem nos seus candidatos próprios, fato esse, aliás, que deve servir de experiência para aqueles que, iludidos, porventura, ainda acreditam serem as eleições sob o atual regime um meio dos trabalhadores realizarem pelo menos algumas de suas conquistas mais elementares e que destrói completamente a errada teoria dos que procuram fazer crer a possibilidade de qualquer melhoria para os trabalhadores pelos meios chamados ‘pacíficos’ e ‘legais’. Assim, enquanto os patrões, os ricos se reúnem livremente, escolhem seus candidatos, fazem em torno deles a mais ruidosa e carnavalesca propaganda, discutem seus interesses de classe publicamente sem que ninguém os incomode, os trabalhadores não tem sequer o direito de ir às urnas com uma chapa de sua classe, não tem sequer o direito de fazerem um comício de propaganda de seus candidatos, não tem sequer o direito de tratar de suas questões corporativas, como aconteceu ante-ontem com os textéis e outros setores do proletariado. Mais ainda: pelo Código Eleitoral, os candidatos, uma vez registrados, gozam de imunidade. Pois bem. Enquanto os candidatos dos milionários locomovem-se por onde bem querem e entendem, os candidatos da União Operária e Camponesa, como anteontem aconteceu a Severino Soares de Oliveira são atirados ao xadrez imundo da quarta auxiliar. Fica provado pois de que as leis burguesas para nada valem, não servem para nada, não representam para o trabalhador garantia nenhuma, e que ele portanto não se deve fiar nelas, nem pensar que é à custa delas que vai conseguir melhorias, mas pelo contrário, convencer-se cada vez mais de que só as greves e as demonstrações de massas nas ruas lhe assegurarão as conquistas mínimas pelas quais se batem atualmente. Estamos a três dias das eleições, por isso perguntamos aos trabalhadores: podereis votar nos Pedro Ernestos, nos Sampaio Correa, nos demagogos como Bergamini. Irineu, Azevedo lima, Maurício de Lacerda e Mauricio de Medeiros, nos banqueiros e latifundistas rotulados de socialistas, aqui e no estado do Rio, no tenente Rubens que organiza milicias para massacrar-vos, nos integralistas que já assassinaram dezenas de vossos companheiros e que ameaçam derramar mais sangue ainda – isto é o sangue de vossos irmãos? Podereis votar nos que sustentam, como Pedro Ernesto, governo de Getúlio Vargas, que fecha vossos sindicatos, fuzila vossos companheiros, dissolve a bala vossos comícios e reuniões ou os que, como os demais, apoiam direta ou indiretamente este governo?<sup>47</sup>.

A repressão, comandada, sobretudo, por Filinto Muller, era reconhecidamente excessiva, a ponto de gerar protestos em políticos conservadores. Os editores do Jornal do povo também seriam presos em 1934. Conforme conta um trabalhador em finais daquele ano:

Estamos verdadeiramente num regime de terrorismo governamental; tiros, deportações, prisões, ataques a sindicatos e trabalhadores [...] os presos por conflitos de trabalho são submetidos à tortura física nos cárceres dessa república inquisitorial.

<sup>46</sup> Jornal do Povo. Rio de Janeiro, n. 4, 11 de outubro de 1934.

<sup>47</sup> Jornal do Povo. Rio de Janeiro, n. 5, 12 de outubro de 1934. Nesse mesmo número, é criticado o Correio da Manhã, jornal que apoiava Pedro Ernesto, por sua cobertura “policialesca” ocultadora da violência policial.

Líderes militantes dos trabalhadores desaparecem <sup>48</sup>.

Pedro Ernesto era entendido como parte desse esquema, mas, sublinhamos novamente, que a denúncia nunca é acompanhada de exemplos de ações concretas que o confirmariam como um agente principal.

Se antes vimos uma ênfase em uma postura de confrontação para com interesses burgueses<sup>49</sup>, o *Jornal do Povo* levanta uma concepção diametralmente oposta por meio da denúncia de uma associação espúria entre a Light e o “partido da Prefeitura”. A empresa vinha aumentando seus lucros graças a um homem que teria junto ao governo, além de ter um contrato corrupto com a Casa de Saúde Pedro Ernesto<sup>50</sup>.

Um panfleto sem data do Partido Comunista acusa também Pedro Ernesto, entre outros, como responsável pelo entreguismo e pelo imperialismo, atitudes que provocariam a luta armada<sup>51</sup>. Também do PC, Prestes entenderia como “demagogo” seu antigo companheiro de tenentismo. Em carta a Honório de Freitas Guimarães, apreendida pela polícia política, diz Prestes:

As demonstrações populares ao prefeito, exigindo a liquidação de impostos ou sua diminuição, terão a grande virtude de poder obter sucesso e de servir para desmascarar a demagogia de Pedro Ernesto. A este absolutamente não devemos atacar de frente mas devemos utilizar todas as oportunidades para fazer com que o próprio povo o possa julgar<sup>52</sup>.

A carta data de 13 de fevereiro de 1936 e foi utilizada como argumento de defesa de Pedro Ernesto junto ao Tribunal de Segurança Nacional, com o intuito de demonstrar que não havia ligações do prefeito com os comunistas insurretos de 1935, acusação pela qual fora preso. Ainda em torno dos eventos da “Intentona”, podemos extrair considerações importantes que apontam para a caracterização de “tapeador”. Devido à sua condenação pela Segurança Nacional, muitos pensam que o prefeito fazia parte da Aliança Nacional Libertadora, algo que também pode ser deduzido por conta de alguns gestos para com a entidade, como a polêmica sessão do Teatro João Caetano para uma reunião. A relação com a ANL e comunistas, entretanto,

<sup>48</sup> Há um relato das medidas repressivas do governo federal. Cf. CONNIFF, Michael. *Op. cit.*, p. 185; p. 187.

<sup>49</sup> Outras referências em jornais sobre a relação de Pedro Ernesto com grupos burgueses mostram que o tema é importante “em si” e pela repercussão. O jornal ABC (3 de março de 1934), por exemplo, elogia o prefeito pela sua busca de “diretrizes conciliatórias com as empresas”.

<sup>50</sup> *Jornal do Povo*. Rio de Janeiro, n. 2, 9 de outubro de 1934.

<sup>51</sup> Operários, camponeses, soldados, marinheiros, alerta. Fundo Polícias Políticas (1905-1983), Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>52</sup> PEDREIRA, Bulhões. Razões da defesa do Doutor Pedro Ernesto. 1937. Arquivo Pedro Ernesto Batista, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

não era de grande proximidade e era bastante ambígua. Um personagem chave na história derradeira de Pedro Ernesto é Eliézer Magalhães, que era irmão do interventor da Bahia, Juracy Magalhães, e que foi um quadro do Partido Comunista e diretor do Hospital de Pronto-Socorro. Em depoimento à polícia, Magalhães falou de sua atuação na União Trabalhista, órgão de existência efêmera criado pelo prefeito Ernesto para aproximação política com a classe trabalhadora. A intenção de Eliézer nessa entidade era divulgar as ideias comunistas que eram minoritárias:

O Dr. Pedro Ernesto sempre e sempre se mostrou disposto a ficar dentro de seu partido [PADF], a que ele desejava imprimir os rumos de seu discurso-programa, fugindo sempre e declaradamente de qualquer participação na campanha da Aliança, cuja orientação muitas vezes mesmo criticou. Reputava-o e o reputo o cidadão com maior apoio de massas no Brasil e, por isto tinha por meu dever não recuar ante as suas contínuas negativas. Para a grande causa nacional, era mister continuar persistentemente insistindo por trazer para seu âmbito um governador querido do povo, apoiado pelo povo, e realizando para o povo um governo realmente democrático. Tive por deliberado trabalhar dentro de um dos vigamentos de seu partido, e por isto tomei a meu cargo a direção de um dos departamentos da União Trabalhista. Dei tudo quanto em mim estava para o desenvolvimento desta instituição, no propósito de engrandecê-la para ter “base” para conseguir do Doutor Pedro Ernesto a sua colaboração com a Aliança Nacional Libertadora. Ele poderá dizer de sua constante resistência aos meus argumentos, de sua permanente obstrução aos meus propósitos de imprimir um sentido mais nítido à União, de sua ordem terminante para o encerramento dos cursos que tentamos dar aos trabalhadores. E talvez por isso mesmo, por não ter desejado que a União Trabalhista seguisse o seu caminho é que esta associação bem cedo veio a fenece<sup>53</sup>.

Mais interessante para nós, entretanto, é o fato de Eliézer ter servido de contato entre Pedro Ernesto e Luís Carlos Prestes. Este enviou ao prefeito duas cartas datadas pelo CPDOC de 16 de novembro de 1935, porém segundo Eliézer, a segunda carta não teria chegado até seu destinatário (informação dada em depoimento ao Tribunal). O “Cavaleiro”, não obstante, convidava o antigo companheiro tenentista a se somar ao esforço antifascista e anti-imperialista da Aliança Nacional Libertadora. Invocando a “obra humanitária” de construção de escolas e hospitais, além da velha amizade entre os dois, disse:

Senti-me autorizado a escrever estas linhas e fazer tais comentários não só devido, além disso, às relações de coragem e amizade que mantivemos até 1930 e aos termos de seu discurso de posse no governo do Distrito Federal. O Sr. declarou e [incompreensível] a escrever-lhes estas linhas e a fazer comentários mais uma vez de que naquele discurso se batera pela democracia e que á frente do povo carioca defenderá os interesses da população trabalhadora. É por isso que lhe faço este caloroso apelo no sentido de que apóie a ANL vindo ocupar ao nosso lado o posto que

---

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 81.

lhe cabe como velho e provado combatente contra a reação e o fascismo<sup>54</sup>.

Ainda que não pudesse fazê-lo abertamente, que ao menos a antiga “mãe dos tenentes” mobilizasse seus correligionários para a luta que se avizinhava:

Compreendo no entanto que a sua situação política não só no Distrito Federal, como mesmo frente ao governo federal poderá dificultar seu apoio aberto a ANL. Isso não impedirá no entanto que o Sr. lute conosco contra o governo reacionário de Vargas, e que participe na luta contra o fascismo, pelos direitos democráticos do povo, e apoiando, na prática com os meios que dispõe, devido ao cargo eletivo que exerce os combates a que lança o próprio povo que o elegeu, por um pouco mais de pão<sup>55</sup>.

Segue trechos da segunda carta que não chegou até o prefeito:

Pelas informações que possuo estou convencido da sinceridade com que o sr. vem formar ao nosso lado [...] Tudo indica que já passou a hora dos programas e manifestos, que já basta de palavras e que o povo espera de nós atos revolucionários, orientação e direção prática na grande luta pela emancipação nacional. Em todo o país o povo já vai quase que espontaneamente iniciando lutas de verdade contra a reação e o fascismo, por melhores condições de vida e contra o imperialismo. Nas forças armadas será difícil mesmo conter por grande tempo a enorme vontade de luta dos soldados ansiosos por um governo realmente do povo. [...] Os nossos adversários, conquanto ainda divididos e desorientados, compreendem a gravidade da situação e fazem grandes esforços para arrasar violentamente as posições que ainda ocupamos. Há poucos dias caiu ingloria e vergonhosamente o nosso velho camarada Ary Parreiras e já agora a mesma gente se volta para a Prefeitura do DF, da qual lhe querem expulsar. [...] Creio [...] que colocará a nossa disposição os recursos de que dispõe. Entenda-se francamente com o portador desta [...] Queime, portanto, estas linhas imediatamente<sup>56</sup>.

Tais cartas de Prestes foram utilizadas como evidências do Tribunal para enquadrar Pedro Ernesto como líder da revolução e, contraditoriamente, também como um coligado aos chefes, sendo-lhes fonte de dinheiro. A defesa, então, sustenta que o convite de Prestes não o incriminaria, uma vez que outros membros do governo também foram contatados. O que parece ser uma prova de defesa mais contundente é a relação de Pedro Ernesto com Vargas. Conforme afirmado em tribunal, o prefeito levou ao conhecimento do chefe do governo a carta de Prestes. No julgamento, Pedro Ernesto também retoma carta enviada a Getúlio, em que rememorava o ocorrido daqueles dias, demonstrando-se um espião a favor do presidente:

[...] todos os meus atos com relação aos conspiradores de novembro eram de

---

<sup>54</sup> Arquivo Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Classificação*: GV c 1935.11.16.

<sup>55</sup> *Idem.*

<sup>56</sup> *Idem.*

conhecimento de V. Excelência. Eu levava ao seu conhecimento o contato que mantinha, as pessoas que me procuravam, e dizia ser necessário entreter esta situação a fim de melhor observar. Tinha sempre uma frase para V. Excelência: “Eu não me entendo com pessoa alguma do governo a não ser diretamente com V. Excelência e no momento oportuno será V. Excelência avisada”. No dia 26 de novembro, às cinco horas da tarde, dava eu o aviso à V. Excelência. Não referi à V. Excelência quem era o meu informante, nem referiria seu nome agora se o próprio, por sua livre e espontânea vontade, não se tivesse apresentado. Era o Dr. Eliéser Guimarães. Tinha de poupá-lo, ouvindo-o e observando, para a defesa da pessoa e do governo de V. Excelência.

O advogado de Pedro Ernesto informa também que Vargas, ao receber essa carta, sugeriu seu encaminhamento ao Tribunal de Segurança Nacional para efeito de defesa<sup>57</sup>. Não obstante as ambiguidades das posições do prefeito, esses dados parecem evidenciar a qual lado era Ernesto mais profundamente associado, reforçando a caracterização presente nos periódicos oposicionistas que vimos acima.

Em relação à política governamental em saúde, não encontramos nenhum comentário específico nas fontes pesquisadas, mas há alguns textos sobre o projeto educacional de Pedro Ernesto, que foi encabeçado por Anísio Teixeira: a Escola Nova. Um dos argumentos basilares da crítica é que essa inovadora concepção de escola parte de pressupostos igualitários que mascaram o conflito de classes<sup>58</sup>. E, também:

Porque afinal de contas a escola se propõe a educar para uma adaptação à sociedade que interessa sobretudo à ação educativa da burguesia continuar a formar escravos que mantenham sempre viva a fórmula em que se exprima a sua economia: a exploração do homem pelo homem<sup>59</sup>.

Em um terceiro texto, intitulado “Escola Única, fábrica de escravos”, a crítica à Escola Nova se dá contra a intenção de produzir o aluno de acordo com seu meio. Isto é, se o aluno morasse em uma zona de produção de café ou de ferro, aprenderia técnicas relacionadas a cada modo de produção. Ou seja,

[...] a escola estaria vivendo os problemas típicos de cada região. Isso porém estaria certo se a escola não visasse, de acordo com os fundamentos da Ordem Social que lhe dá origem fornecer simplesmente braços para a exploração organizada, agrícola ou industrial, por parte da burguesia.

Não é intenção, aqui, discutir o projeto de educação da Prefeitura, e sim observar a

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>58</sup> Jornal do povo. Rio de Janeiro, n. 3, 10 de outubro de 1934.

<sup>59</sup> Jornal do povo. Rio de Janeiro, n. 5, 12 de outubro de 1934.

crítica histórica que lhe foi apresentada a partir de um contexto político específico. As vozes que se opunham ao prefeito visavam menos a especificidade de sua pessoa e as insuficiências materiais ou quantitativas das suas realizações do que as limitações gerais de qualquer política que não tivesse o pressuposto do poder do proletariado e a, conseqüente, superação do capitalismo. Atentos ao movimento de restauração empreendido do alto do poder federal, os opositores procuraram enquadrar Ernesto nesse movimento geral de contenção de impulsos com possibilidades de abalo à ordem.

Isto é, não se acha na documentação, por exemplo, uma crítica específica ao programa de saúde promovido no governo de Pedro Ernesto, mas sim algo como “os hospitais não funcionam” ou “a política de saúde está coligada a objetivos patronais”. Entretanto, a performance do prefeito não poderia deixar de ser associada aos objetivos de pacificação, preponderantes em governos em nível mundial e, especialmente, nesses momentos em que a revolução era uma pauta concreta – daí, talvez, a acusação de cumplicidade na brutalidade reacionária. Considerando o binômio gramsciano, se não há grandes indícios de participação na coerção, a política de benefícios está cumprindo objetivamente a função consensual (sempre envolta na complexidade dela própria ser também demanda dos subalternos).

## Conclusão

Todo o debate sobre a política da classe trabalhadora em face de Pedro Ernesto nos remete à polêmica teórica em torno dos conceitos de populismo e de trabalhismo. Com efeito, incontornavelmente, a historiografia sobre o prefeito tem se posicionado, de diferentes maneiras, utilizando tais balizas. Se o presente artigo não desenvolveu, por óbvias limitações de espaço, esse debate, esse não deixa de ser algo latente ao longo de nossas páginas e um imperativo para esta conclusão.

Jorge Ferreira<sup>60</sup> é um dos principais nomes a defender que as expressões de reconhecimento, apoio ou amor de parcelas da classe trabalhadora a líderes carismáticos devem ser entendidas fora de quadros explicativos que enfatizem o aspecto da dominação, como é o

---

<sup>60</sup> FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: **O Populismo e sua História: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; FERREIRA, Jorge. Quando os trabalhadores querem: política e cidadania no Brasil. In: **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997; FERREIRA, Jorge. Apresentação. **Revista Tempo**, Niterói, v. 14, n. 28, 2010.

caso do conceito de populismo. Para ele, trata-se de expressões “legítimas porque históricas”. Essa posição, assim como qualquer posição de qualquer cientista social, é informada não apenas por elementos científicos ou da realidade, mas também pela própria política e pelo interesse do pesquisador. Neste caso, temos em Ferreira uma grande apologia do “encontro” político de trabalhadores com Vargas e com o nacional-reformismo do período 1946-1964, expressos no “queremismo”, nas cartas que se escrevia ao líder, etc. Mas, o ponto que queremos sublinhar é o de que o conceito “populismo” a que Ferreira se opõe para construir sua interpretação é reduzido ao significado de manipulação. Isto não corresponde às formulações teóricas de vários autores que advogaram o conceito de populismo (Francisco Weffort<sup>61</sup>) e pretende colapsar o entendimento histórico das dinâmicas políticas em disposições subjetivas dos agentes.

Assim, é o conceito gramsciano de revolução passiva (ou “revolução sem revolução”, “revolução/restauração”) que melhor caracteriza os significados políticos de políticas sociais, bem como o conjunto do governo de Pedro Ernesto, além de fornecer um sentido um pouco mais preciso de populismo na sua especificidade histórica tratada aqui. A incorporação das classes subalternas à esfera estatal faz parte do processo de afirmação de hegemonia burguesa, que incorpora e articula demandas surgidas no processo de desenvolvimento e complexificação da sociedade civil. Esse movimento faz parte da contenção de impulsos que apontariam para fora dos limites da ordem e se constitui enquanto antecipação de um agente do Estado que os resolve dentro de marcos restauradores, realizando o jargão gattopardiano (mudar para que tudo fique igual). Ele realiza materialmente algumas aspirações, mas, sobretudo, mantém a esfera dos direitos em um plano abstrato e ideal. Isto porque as formas de dominação engendradas por tradicionais oligarquias caducavam em seu liberalismo, muito particularmente nas questões referentes ao trabalho e ao mercado de força de trabalho<sup>62</sup>, mas que também extrapolavam essa esfera e eram presentes em referência à urbanização, saúde e educação<sup>63</sup>, que se avolumavam enquanto pauta nas campanhas eleitorais desde 1917<sup>64</sup>, na tradicional imprensa e em demais setores populares (como as associações de bairro com que Pedro Ernesto teve contato).

Nesse sentido, é importante notar que mesmo Pedro Ernesto tinha uma formulação explícita dessa política:

---

<sup>61</sup> WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

<sup>62</sup> VIANNA, Luís Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

<sup>63</sup> Cf. CONNIFF, Michael. *Op. cit.*

<sup>64</sup> GOMES, Ângela de Castro. **Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p.66.

É indiscutível, com efeito, meus senhores, o alargamento de funções do governo, no momento presente. É indiscutível que o mesmo não pode se restringir à sua primeira função de mantenedor da ordem. É indiscutível que deve ir mais longe. Deve manter a ordem mas sobretudo melhorá-la porque melhorá-la é o único meio de mantê-la. E como querem que façamos isso? Conservando os mesmos órgãos, as mesmas atividades e as mesmas funções anteriores? Ou, pelo contrário, abrindo ao governo novas possibilidades de contato com o povo, com a maioria do povo, cujos interesses, acima de tudo, deve defender, sentindo-lhe as necessidades e as aspirações para que as mesmas possam influir e atuar sobre os rumos e as diretrizes que ao governo compete seguir em face de suas novas responsabilidades e novos deveres? [ ... ] Romper com esse espírito de oligarquia e ir ao encontro dos problemas econômicos e políticos da massa não é fazer extremismos, não é ameaçar instituições. [...] É realizar a verdadeira obra construtora de fazer viver as instituições para que elas possam ser mantidas<sup>65</sup>.

### Referências bibliográficas

BRANDI, Paulo. Ernesto, Pedro. IN: ABREU, Alzira (org.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30**. FGV, Rio de Janeiro.

CONNIFF, Michael. **Política urbana no Brasil**. A ascensão do populismo. 1925-1945. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

FERNANDES, Nélson da Nóbrega. **Escolas de Samba**: sujeitos celebrantes e objetos celebrados. Rio de Janeiro, 1928, 1949. Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira IN: **O Populismo e sua História**: debate e crítica. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. Quando os trabalhadores querem: política e cidadania no Brasil. IN: **Trabalhadores do Brasil** – o imaginário popular. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997.

\_\_\_\_\_. “Apresentação” IN: **Revista Tempo**. Vol. 14. Número 28. Niterói: EdUFF, 2010.

GOMES, Ângela de Castro. **Burguesia e Trabalho**: política e legislação social no Brasil, 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

LUSTOSA, Isabel. **As trapaças da sorte** – pequeno relato das circunstâncias que resultaram na prisão do prefeito Pedro Ernesto à luz das experiências de Maquiavel e Tocqueville. FCRB, Rio de Janeiro, 1994.

MOURELLE, Thiago. **O Trabalhismo de Pedro Ernesto**. Limites e possibilidades no Rio de Janeiro na década de 1930. Florianópolis. Juruá Editora, 2010.

SARMENTO, Carlos Eduardo. **O Rio de Janeiro de Pedro Ernesto**. FGV. Rio de Janeiro,

65 O discurso realizado na inauguração da União Trabalhista foi também publicado em um pequeno livro para divulgação em 1935, intitulado “Discurso Programa”. Pode ser consultado também no acervo sobre Augusto Amaral Peixoto, o qual está em construção no Museu do Ingá.

2001.

WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1980.

VIANNA, Luís Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.